

>> *Energia cara e pouco confiável* (pág. 2)

Apagão mostra que, apesar de investimentos pagos pelos consumidores, sistema possui gargalos que comprometem seu funcionamento adequado. ABRACE estuda formas de reverter prejuízos milionários de seus associados.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: ABRACE DEFENDE REDUÇÃO DE ENCARGOS PARA AUTO-REDUTORES

As indústrias que investirem em eficiência energética poderão pagar menos encargos setoriais. Essa é a principal bandeira da ABRACE em favor do aumento dos investimentos nessa área. Essa e outras propostas têm sido discutidas pelo Grupo de Trabalho Eficiência Energética (GT). Criado no final de outubro, o grupo já conta com a participação de 11 associados da entidade e é coordenado por Evandro Pizeta, da Braskem. Além de trabalhar na identificação de formas de a indústria poder ampliar o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, o GT tem como objetivo contribuir com os trabalhos que a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Eletrobrás vêm desenvolvendo sobre o tema.

A redução dos encargos para os auto-redutores diminuiria custos das indústrias e eliminaria um dos principais obstáculos aos projetos desse tipo, que é a competição com outros investimentos no core-business das empresas. Isso ocorre principalmente nos casos em que há necessidade de obtenção de endividamentos para os projetos. Além disso, essa redução de encargos favoreceria a oferta de uma energia em condições mais competitivas para a indústria. Hoje, em média, 12,6% dos custos de energia dos consumidores se referem a encargos. Essa participação

contribui para que a eletricidade usada pela indústria brasileira esteja entre as mais caras do mundo.

Os estímulos ao aumento dos investimentos em eficiência energética também passam por incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos a serem usados nesses projetos.

Redução favoreceria investimentos porque eliminaria competição com outros gastos no core-business das empresas.

A ABRACE vai trabalhar ainda em favor da revisão do marco regulatório relativo à eficiência energética e do aumento das fontes de recursos para os projetos das indústrias. Hoje a maior parte

dos recursos destinados à eficiência energética é aplicada no setor residencial, comercial e público, com foco na redução do consumo de eletricidade. O setor industrial, que responde por mais de 40% do consumo, praticamente não tem recebido investimentos.

A entidade também defende que o foco dos projetos industriais seja nos sistemas térmicos. Até agora, das poucas ações de eficiência energética aplicadas à indústria, a maioria esteve focada na redução do consumo em sistemas motrizes. Mas trabalho recente da Eletrobrás e CNI, realizado com apoio de universidades, identificou que o grande potencial de redução no consumo de energia, cerca de 80%, está em sistemas térmicos, como fornos e caldeiras.

Medidas para incentivar a eficiência energética nas indústrias

- redução de encargos de auto-redutores;
- incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos a serem usados nos projetos;
- revisão do marco regulatório de eficiência energética;
- aumento da destinação de recursos de eficiência energética das distribuidoras a projetos de indústrias;
- estímulo a investimentos em aumento da eficiência dos processos térmicos.

APAGÃO: MAIS INSEGURANÇA PARA A INDÚSTRIA

Nos últimos dez anos, os consumidores brasileiros pagaram quase R\$ 53 bilhões pelos serviços de transmissão de energia elétrica no país. Esses gastos, que têm contribuído para que a energia usada no país seja uma das mais caras do mundo, parecem não ser suficientes para garantir um abastecimento sem tropeços. O blecaute ocorrido no dia 10 de novembro mostra que essa segurança está longe de se verificar.

Além dos transtornos a toda a sociedade, tais ocorrências causam prejuízos muito elevados para o setor produtivo. Estimativas da ABRACE indicam que, devido ao apagão, as indústrias registraram perdas da ordem de 2% na produção de novembro. Isso porque, sem energia elétrica, a maioria das fábricas teve de interromper seus processos produtivos do ciclo noturno. Além disso, em alguns casos foram registrados gastos extras com combustíveis para a geração emergencial de energia elétrica e perdas de equipamentos por conta das oscilações de tensão verificadas nos instantes iniciais do blecaute (mais informações no quadro abaixo).

Blecaute mostra que, apesar de crescimento dos investimentos, há falhas na segurança do abastecimento.

Neste momento em que a indústria começa a reverter o quadro de crise, esses custos e perdas extraordinários trazem nova onda de incerteza para os empreendedores. Afinal, os consumidores brasileiros já pagam caríssimo pelos sistemas de transmissão de eletricidade.

De 1999 até hoje, a chamada tarifa fio cresceu quase 500%, atingindo cerca de R\$ 11 bilhões por ano (veja quadro). Esses investimentos permitiram a interconexão de diversas regiões

do país, o que contribuiu para aumentar a otimização do sistema elétrico brasileiro e evitar que se repitam situações como a verificada durante o racionamento de 2001 e 2002. Na época, gargalos no sistema não permitiram que se deslocasse eletricidade de regiões com alto volume de água nos reservatórios para outras com baixa oferta. Mas o apagão ocorrido agora mostra que gargalos – talvez de menor porte e mais pontuais – continuam interferindo no funcionamento adequado do sistema.

Crescimento dos custos de transmissão

Ciclo	Custo total transmissão (R\$)*	Crescimento acumulado	Crescimento acumulado até jun/09	IGP-M acumulado até jun/09
1999/2000	1.764.206.694,00	0	497%	154%
2000/2001	2.115.192.485,00	19,89%	398%	123%
2001/2002	2.442.187.083,00	38,43%	331%	101%
2002/2003	3.372.368.821,00	91,15%	212%	85%
2003/2004	4.942.627.920,00	180,16%	113%	43%
2004/2005	5.911.644.611,00	235,09%	78%	31%
2005/2006	7.238.877.495,26	310,32%	46%	20%
2006/2007	7.902.492.545,89	347,93%	33%	21%
2007/2008	8.196.006.811,40	364,57%	29%	16%
2008/2009	9.479.529.191,56	437,33%	11%	4%
2009/2010	10.535.104.311,05	497,16%	0%	0%

* Não inclui tarifa de transporte da Usina de Itaipu porque ela segue uma fórmula de cálculo diferenciada. Para o ano iniciado em julho de 2009, está previsto um custo de transmissão de R\$ 485 milhões. Essa tarifa inclusive segue sistemática própria também no que se refere ao reajuste, que é feito pelo IGPM.

O apagão, que deixou cerca de 70 milhões de consumidores em 18 estados sem luz, também preocupa por sua duração. A demora na retomada do abastecimento – que passou de quatro horas em algumas

regiões – levanta dúvidas sobre a qualidade da gestão do setor. Num desligamento em cascata como o ocorrido, em geral a retomada do sistema deveria ocorrer em menos de uma hora.

Perdas milionárias na indústria

A interrupção no fornecimento de energia elétrica em parte da noite de 10 de novembro e da madrugada seguinte causou graves prejuízos para a indústria. Além de registrar perdas devidas à parada na produção, algumas empresas tiveram sérios problemas por conta das oscilações de tensão que antecederam o desligamento completo da energia elétrica. Levantamento preliminar da ABRACE com 15% de seus associados mostra que eles somaram prejuízos da ordem de R\$ 1,8 milhão relativos a danos em equipamentos. Nas mesmas empresas, a interrupção da produção causou perdas da ordem de R\$ 13 milhões.

A Resolução 456/2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que estabelece as condições gerais de fornecimento de eletricidade, determina que apenas consumidores que recebem a eletricidade em tensão inferior ou igual a 2.300 kV possam reclamar por perdas causadas por problemas na rede de abastecimento. A ABRACE está ciente dessa limitação, mas, considerando a gravidade da situação e dos níveis de perdas, está estudando medidas cabíveis para reversão dos prejuízos.

ABRACE LANÇA NOVA EDIÇÃO DE CARTILHA DE ENCARGOS

A energia elétrica usada no Brasil está entre as mais caras do mundo. O elevado volume de encargos é um dos principais responsáveis por essa distorção. Junto com os impostos, essas cobranças respondem, em média, por 51,6% das contas de luz dos consumidores brasileiros. Além de preocupar por conta do volume, o excesso de encargos também chama a atenção devido ao seu potencial de crescimento.

Para reverter essa tendência e garantir a disponibilidade da energia em condições mais competitivas para a indústria, a ABRACE defende a desoneração da energia. Mas a redução da carga só é possível com esforços de toda a sociedade brasileira. Nesse processo, a informação é um passo muito importante: apenas conhecendo exatamente o que estão pagando é que a população e as empresas podem se mobilizar em favor da revisão e redução de tais custos.

Considerando isso, a ABRACE preparou a terceira edição de sua Cartilha de Encargos. Desta vez, a publicação contou com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e foi lançada durante o seminário “Energia: Fator de Competitividade para o Brasil”, realizado pelas duas entidades em Brasília em meados de outubro. A Cartilha foi distribuída a todos os associados e à imprensa, e está disponível para download no site da ABRACE.

O estudo da PSR Consultoria que serve de base para a Cartilha detalha a origem e a finalidade dos nove principais encargos do setor elétrico cobrados hoje no país. Esse histórico mostra que, de uma maneira geral, a criação desses encargos foi definida com as melhores das intenções, como o desenvolvimento da expansão da oferta de energia elétrica, a regulação adequada do setor e a maior segurança no abastecimento. Mas, apesar dessas boas intenções, os resultados são cobranças excessivas e bastante questionáveis. Abaixo, algumas dúvidas levantadas e aprimoramentos sugeridos na Cartilha em favor da redução dos encargos:

Texto aponta aprimoramentos possíveis em favor da redução da carga cobrada.

- Conta de Consumo de Combustíveis (CCC): se aprovada, a Medida Provisória 466 fará com que o montante cobrado praticamente dobre, devido à incorporação de novos custos antes não cobertos pela conta. É preciso que a MP seja vetada e que a cobrança do encargo continue a diminuir conforme os sistemas isolados forem ligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): é necessária uma reavaliação quanto à destinação dos valores, buscando maior eficiência nos programas.
- Reserva Global de Reversão (RGR): deveria ser extinta, porque suas aplicações são redundantes com as de outros encargos.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE): o critério para dimensionamento dos recursos arrecadados para o orçamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem de ser revisado, já que, se todo o valor arrecadado fosse repassado à agência, provavelmente uma parcela não seria utilizada. Além disso, a totalidade dos valores arrecadados têm de ser encaminhada às finalidades definidas na lei que cria o encargo.
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa): se a segunda etapa do programa for implementada nas mesmas condições que a primeira haveria um aumento de cinco vezes o valor atual do encargo, atingindo quase R\$ 25 por MWh.
- Encargos de Serviços do Sistema (ESS): o volume de recursos do encargo deve ser monitorado e avaliado junto ao planejamento da expansão das redes de transmissão. Com relação ao ESS por segurança energética, pago apenas pelos consumidores, o montante deveria ser dividido entre todos os agentes beneficiados pela maior segurança.

REFERÊNCIAS TAMBÉM EM GÁS NATURAL

Dentro de seus esforços em favor da disseminação de conhecimentos sobre o setor de energia, em outubro a ABRACE lançou a Cartilha do Gás Natural. O objetivo é difundir informações sobre o assunto para seus associados. Além disso, visa servir como material de referência para jornalistas, estudantes e outros profissionais interessados no assunto.

Com informações objetivas e linguagem acessível mesmo ao público leigo, a cartilha aborda todas as etapas da cadeia do gás natural – da

sua exploração e produção ao consumo. Além disso, detalha conceitos e definições importantes do segmento, incluindo as condições para os consumidores se tornarem livres e as determinações da Lei do Gás, entre outros pontos.

Elaborada pela equipe de energia térmica da ABRACE, a cartilha foi enviada a todos os associados e está disponível para download no site da entidade (<http://www.abrace.org.br/port/elibrary/index.asp>).

Expediente

Esta é uma publicação da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

Coordenadora

Patrícia Arce
diretora técnico-regulatória da ABRACE

Execução



Jornalista responsável

Odete Pacheco (MTB 15.268)

Reportagem

Clara Barufi

Diagramação

Karine Pacheco

Revisão

Luciana Cepeda

Fone:

(0XX11) 2139 7550

e-mail

abrace@abrace.org.br
sp4com@sp4com.com.br